

TRT de Goiás devolve equipamentos alugados e demite estagiários

13/07/2016

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) irá demitir 94 estagiários, que atuam principalmente na área judiciária, e 60 adolescentes que trabalham na corte, além de devolver 97 equipamentos alugados. Todas as medidas, segundo a presidência do TRT-18, visam manter o funcionamento da Justiça do Trabalho em Goiás, pelo menos, até setembro.

Reprodução / Facebook TRT



Administração do TRT de Goiás já fez diversos cortes para adequar o orçamento, mas afirma que não terá dinheiro para funcionar até o final do ano.
Reprodução / Facebook TRT

Os estagiários trabalham na corte por meio de contrato de estágio com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL/GO). A parceria deixará de valer a partir de 1º de setembro, e a rescisão foi definida em reunião no gabinete da presidência do Tribunal, na tarde de segunda-feira (11/7).

Já os adolescentes que trabalham no tribunal foram contratados por meio da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração. E, entre os equipamentos alugados que serão devolvidos, estão 76 impressoras multifuncionais a laser, 20 *scanners* e uma máquina copiadora.

Além desses cortes, programas como Justiça Itinerante e Capacitação de magistrados e servidores serão suspensos até o dia 31 de agosto. No período, não serão feitos pagamentos de diárias, de ajuda de custo, de indenização de transporte e de despesas com manutenção predial.

A perspectiva de economia com os novos cortes é de R\$ 1,9 milhão, o equivalente a 30 dias de gastos para a manutenção de todas as unidades do TRT-18 funcionando. A economia, de acordo com a assessoria da corte, garante o funcionamento até o fim de setembro.

Passou a tesoura

Esse é o sexto anúncio de cortes que o tribunal faz neste ano para tentar compensar um déficit de quase R\$ 11 milhões em suas contas. Para 2016, o orçamento do TRT de Goiás foi reduzido em 30% nas verbas de custeio e em 90% nas de investimento.

Em junho, 38 estagiários da área administrativa também tiveram seus contratos rescindidos. Com os novos cortes, agora são 132 o total de bolsas de estudo que deixarão de ser pagas — cada uma custa R\$ 800. O TRT reduziu ainda os funcionários terceirizados, cortando sete postos de trabalho na área de vigilância e seis na copa.

Apesar dos cortes, o presidente do tribunal, desembargador Aldon Taglialeagna, afirma que não há dinheiro para manter as atividades da Justiça do Trabalho goiana até o fim do ano. “É lamentável que neste momento de crise, em que se verifica o aumento do número de trabalhadores demitidos que batem à porta da Justiça do Trabalho em busca de seus direitos, estejamos correndo o risco de interromper o funcionamento.” Por causa da crise financeira, o total de ações trabalhistas em 2016 aumentou em mais de 5%.

Segundo o presidente, a corte tem a expectativa da aprovação de créditos adicionais solicitados no início do ano no valor de R\$ 7,5 milhões para fazer o custeio da Justiça do Trabalho em Goiás.

O pedido encaminhado ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) oferece em compensação recursos de receitas de outras naturezas a serem obtidas pelo tribunal, o que, na prática, significa que esses créditos adicionais não implicam aumento de despesas. Porém, a alteração do orçamento depende de autorização do Congresso Nacional e passa por análise do Poder Executivo Federal.

“Inexplicavelmente, formalizados há mais de quatro meses, os pedidos de créditos adicionais estão retidos para análise do Executivo e não há nenhuma sinalização concreta que garanta a aprovação dos recursos suplementares até o fim de agosto. Por isso, vejo-me compelido a adotar essas medidas adicionais e emergenciais de contenção de gastos”, afirmou.

Horário reduzido

Desde o dia 20 de janeiro, os horários de atendimento e do expediente interno do TRT foram reduzidos em duas horas, passando a ser das 8h às 16h e das 7h às 17h. Apesar do menor número de horas de trabalho, não houve redução na jornada dos servidores.

As medidas já resultaram em uma economia de 30% na conta de energia elétrica, o que impacta os gastos entre R\$ 100 mil e R\$ 120 mil por mês. O tribunal também reduziu outras despesas com água, telefonia, material de consumo e permanente.

As mudanças provocaram aumento do prazo para a primeira audiência das ações. Entre janeiro e maio de 2015, o tempo entre o ajuizamento do processo e a audiência era, em média, de 42 dias no rito sumaríssimo e de 70 dias no rito ordinário. Porém, no mesmo período de 2016, a média passou para 54 dias no rito sumaríssimo e 80 dias no ordinário.

Segundo a Assessoria de Imprensa do TRT-18, esse aumento do prazo é consequência direta da redução no horário de atendimento ao público, da proibição de nomeação de novos servidores e



da redução forçada do número de estagiários. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TRT-18.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2016-jul-13/trt-goias-devolve-equipamentos-alugados-demite-estagiarios/>